

**ANGRA
DO
HEROISMO**

AS

JORNADAS ATLÂNTICAS DE PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE

25 JAN 1988

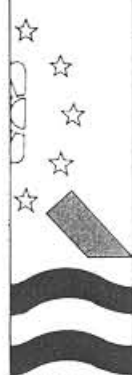
**1
9
8
8**



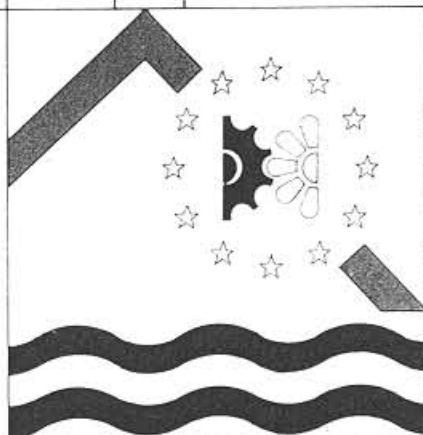
**A
Ç
O
R
E
S**

**C
A
B
O**

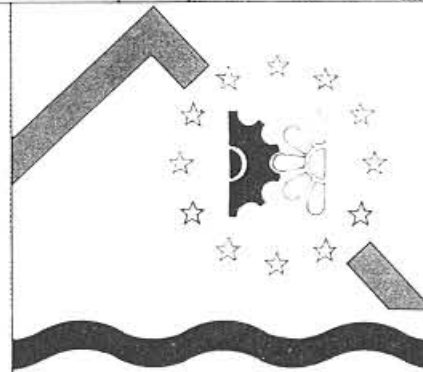
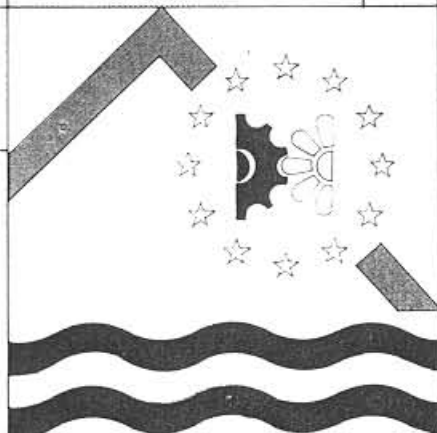
**V
E
R
D
E**



**C
A
N
Á
R
I
A
S**



**M
A
D
E
I
R
A**



A PROTECÇÃO E A CONSERVAÇÃO DO MEIO MARINHO NOS AÇORES E NA MADEIRA

Luiz Saldanha

A nível do Atlântico europeu os Açores constituem, sem sombra de dúvida, o mais rico e extraordinário santuário no que respeita à fauna ictiológica. Encontramos nos mares costeiros dos Açores uma considerável diversidade específica de peixes, não só bentónicos como pelágicos, em que se verifica a existência de uma forte componente de elementos atlanto-mediterrâneos acompanhados por alguns outros de afinidade tropical.

No respeitante à fisiografia dos fundos litorais, os Açores apresentam, como é natural, toda uma série de acidentes geológicos de origem vulcânica, cobertos, em regra, por uma vegetação algal, que pode ser densa em muitos casos. O quadro dos organismos bentónicos é completado por um forte contingente de animais invertebrados, fixos ou móveis, que vivem associados às algas, bem como grutas e cavidades das rochas. Algas e invertebrados constituem um conjunto de características atlanto-mediterrâneas (como os peixes) onde ocorrem alguns elementos africanos e americanos.

Um património natural de tal importância não pode de modo algum ser deixado ao abandono. Há que lhe dar a maior atenção uma vez que constitui, assim, uma peça insubstituível do património cultural e científico não só dos Açores, como do mundo civilizado. Poderá por outro lado constituir um verdadeiro museu vivo da fauna e da flora atlânticas e um riquíssimo laboratório de biologia marinha.

Pode-se dizer, sem hesitar, que os Açores constituem para o naturalista uma das mais interessantes regiões da Europa. Os fenómenos de vulcanologia, a proximidade da crista média-atlântica, a existência em torno das ilhas de fundos abissais, a orla litoral riquíssima em espécies animais e vegetais, as jazidas arqueológicas submarinas, são alguns dos muitos atractivos para o homem de ciência.

Por tais razões, inúmeras campanhas e explorações oceanográficas decorreram nas suas águas, desde as missões do Príncipe Alberto I, de Mônaco, cujo centenário da última campanha a bordo do "Hirondelle" será este ano comemorado em diversas ilhas açoreanas, até às de diversos navios oceanográficos modernos, de várias nações: portugueses, franceses (com o "Jean Charcot" e o "Suroit"), americanos, ingleses e alemães. Façamos ainda referência às explorações efectuadas com os engenhos de penetração profunda como o batíscafo Archimède, o disco-mergulhador Cyana, e o submersível Alvin, para realizar estudos de biologia e de geologia (nomeadamente durante a operação FAMOUS).

Os recursos vivos dos mares dos Açores, nomeadamente o que diz respeito aos atuns, têm também sido alvo de diversas pesquisas, quer por parte de cientistas portugueses quer de outras nacionalidades.

Há pois necessidade absoluta de proteger e conservar tão importante património natural e cultural, que é obviamente um inestimável património económico.

Portugal ratificou a Convenção de Berna que se destina, como se sabe, a "assegurar a conservação da flora e fauna selvagens e os seus habitats naturais". A natureza marinha açoreana tem, no entanto, sofrido diversas agressões a que é necessário por cobro urgentemente.

Felizmente não existem, por enquanto, graves problemas respeitantes a poluições urbanas ou industriais, embora, em boa verdade, já existam situações em relação às quais ainda se está a tempo de interceder. É de facto necessário estar-se muito atento a estes problemas, para que se não tornem graves e incontroláveis.

Em todas estas situações impõe-se pois um ordenamento rigoroso, planeando, por exemplo, o local de implantação de unidades industriais, como efectuar o tratamento de efluentes urbanos e tantas outras questões. Ordenamento é sinónimo de progresso e é grato verificar que as autoridades açoreanas estão sensibilizadas para tal.

Em relação à pesca a sua regulamentação não é tarefa propriamente difícil e não é a efectuada artesanalmente, ao longo das costas açoreanas, que irá pôr em perigo a fauna local. Serão sim de cercar totalmente duas actividades que, no caso de continuarem, porão em risco a existência de uma boa parte do referido património natural. Refiro-

me a dois assuntos extremamente polémicos: à caça submarina e à do cachalote (embora haja legislação nestes domínios).

São sobejamente conhecidas as depredações resultantes da caça submarina ao longo das costas continentais europeias onde determinadas espécies, como o mero (*Epinephelus guaza*, por exemplo, foram praticamente dizimadas. No Mediterrâneo, os locais em que existem actualmente Parques ou Reservas submarinas (como Port-Cros, entre outros,) assistiu-se ao repovoamento natural dessas áreas, apresentando actualmente uma riqueza ictiológica notável, tanto em número de espécies como em quantidade de indivíduos. Muitas espécies são sedentárias ou relativamente sedentárias, como no caso do mero e a destruição dos indivíduos é dificilmente compensada. A pressão da caça submarina, ao longo dos anos e em determinado local, tem como resultado a sua destruição total em termos de fauna ictiológica. Nos Açores tal fenómeno pode ser observado em diversas áreas e embora não hajam dados estatísticos, há a memória dos submarinistas que assistiram à degradação da fauna nessas mesmas áreas. Ilhas que antigamente só eram acessíveis por mar, são hoje invadidas por verdadeiros selvagens que, na prática, têm como único objectivo destruir o património açoreano.

Na Graciosa assisti, há anos, a uma situação extremamente degradante: um grupo de turistas franceses encontrava-se acampado, caçava cerca de 50 kg de peixe por dia, incluindo meros e depois vendia o peixe, para se manter na ilha. Não só não deixou localmente um quantitativo em dinheiro aceitável, como ainda destruiu um bem da ilha Graciosa. Acabou por ser punido com uma multa irrisória de mil e tal escudos, embora a autoridade marítima tivesse efectuado todos os esforços para evitar a sua nefasta actividade. Falta de lei adequada e de possibilidade de vigilância eficaz estão muitas vezes na base de descabros semelhantes. Diga-se aqui, de passagem, que as notícias que nos têm chegado, respeitantes ao facto das autoridades marítimas terem dificultado a vida aos caçadores submarinos, merecem todo o nosso aplauso.

Não se julgue, no entanto, que consideramos unicamente a caça submarina como elemento destruidor. Toda a espécie de pesca desde que não efectuada dentro dos termos da lei, constitui igualmente grave atentado ao património natural. Nos Açores o mero já se encontra protegido, em termos de caça submarina, bem como algumas áreas - Ilhéu de Vila Franca, por exemplo. Há agora que dar mais um passo em frente, implementando a protecção de mais espécies e do mero em especial, bem como criando reservas ou parques em ilhas que pela sua riqueza o mereçam. Neste domínio, das propostas que tenho formulado ao longo dos anos e em função das áreas que o Governo Açoreano já preservou, retenho neste momento as seguintes:

São Miguel	- Ponta da Galera Ilhéus dos Mosteiros Féteiras
Graciosa	- toda a ilha
Corvo	- toda a ilha

Estas áreas revestem-se de interesse zoológico, botânico, geológico (arcos e solidificação de lava, debaixo de água, formando uma paisagem espectacular, como na Ponta da Galera) e até arqueológico. Certamente que os nossos colegas da Universidade dos Açores juntarão a estas e muito bem, mais algumas áreas dignas de protecção. Nas restantes orlas litorais a caça submarina deverá ser condicionada, tanto em termos de espécies a capturar e como em número de exemplares (já existe alguma legislação sobre o assunto). Só disciplinando esta actividade, que embora condenemos como desporto (por questões de princípio filosófico, uma vez que não consideramos um desporto a destruição da vida) assemelhamos à gama de actividades que o homem pratica para se alimentar, como abate de animais domésticos e selvagens e a pesca.

Lembramos que a União dos Ictiologistas Europeus nas conclusões do seu congresso realizado em 1985, em Estocolmo, condenou a prática de caça submarina como desporto.

Uma palavra há a dizer também da injustificada perseguição de que os cachalotes foram alvo, recentemente, nos Açores. Não há na realidade nenhuma justificação para tal. Pois se ainda posso admitir que um pescador artesanal capture um mero, para a sua sobrevivência, e por o seu anzol poder não ser selectivo, neste aspecto da escolha da presa, não encontro justificação para recriar uma actividade que do aspecto económico não tem qualquer futuro. Além disso, Portugal aderiu aos acordos internacionais que proibiram a captura de cetáceos. Em termos europeus atitudes como esta podem pôr em causa questões importantes como, por exemplo, a atribuição de determinados subsídios. Além disso, várias agências internacionais, sob pressão da opinião pública de diversos países europeus e associações internacionais de protecção à natureza, poderão convencer um número significativo de turistas a não visitar os Açores e denegrir a imagem das ilhas.

Uma actividade que certamente será aliciante, para esses mesmos turistas, será a de poder observar os cachalotes no mar a nadarem livremente, de embarcar numa baleeira e de poder fotografar ou filmar esses gigantes e belos animais. Uma iniciativa neste domínio terá certamente êxito. De evitar a caçada fictícia, como foi já preconizado, atitude desprovida de qualquer sentido.

Em relação aos dentes de cachalote gravados - o scrimshaw - existem actualmente reproduções em plástico extremamente fiéis às peças antigas e que dão inteira satisfação em termos decorativos. Não é admissível que por meia dúzia de dentes se destrua o que a natureza levou anos a construir.

O turismo devidamente orientado no sentido atrás expresso poderá ser uma actividade a desenvolver, apoiada num interessante museu (refiro-me ao Museu das Lages do Pico) que evoca a heroica actividade do passado e que foi sem dúvida uma epopeia, naturalmente integrada na mentalidade e nas necessidades de uma época.

Outra actividade que certamente também poderá ser desenvolvida é o turismo submarino. Nas ilhas em que foram criadas zonas protegidas poderão ser criados centros de mergulho turístico em que os visitantes possam observar um meio não perturbado e os animais que nele vivem. Nestas áreas podem ser incentivadas diversas iniciativas como por exemplo os concursos internacionais de fotografia submarina.

A Madeira e o seu arquipélago, bem como o das Selvagens, constituem igualmente uma zona de grande interesse científico. Com mais elementos biológicos de afinidade tropical que os Açores, são igualmente encruzilhada da fauna atlanto-mediterrânea, africana e americana.

No arquipélago da Madeira estão já criadas diversas áreas protegidas que poderão de facto contribuir significativamente para uma conservação adequada do património marinho. Refiro-me à reserva do Garajau e às ilhas Selvagens. Outras áreas serão certamente consideradas no futuro. A actividade da Bios e das autoridades madeirenses levará certamente a bom porto tarefas tão importantes e urgentes.

É, no entanto, necessário garantir uma fiscalização bem mais activa, pois ainda no último verão foi caçado um mero em plena zona do Garajau. Em primeiro lugar é grave ter havido essa possibilidade, em segundo lugar é lamentável que os responsáveis pela agressão não tenham sido punidos devidamente.

De assinalar como muito louvável, a legislação madeirense que impede a captura e comercialização de tartarugas.

Resta na Madeira a resolução do problema das Ilhas Desertas em que menos de uma dezena de focas vive ainda. Os problemas sociais que se levantam, ligados à actividade piscatória de um pequeno número de embarcações é de possível resolução, estando para tal criada já uma comissão, cuja resposta ao problema estamos ansiosos por conhecer.

Já que falámos de património submarino deixemos um apontamento sobre as jazidas arqueológicas açoreanas e madeirenses que constituem um bem inestimável. Este terá de figurar em museus açoreanos e madeirenses e não em colecções particulares espalhadas pelo mundo, roubadas por aventureiros que irão tirar partido financeiro com as peças recolhidas. Uma grande atenção será necessária para este ponto.

Falámos em fiscalização. A nível de toda a costa, quer das ilhas açoreanas e madeirenses, bem como do continente, urge solucionar tão importante questão, reconhecendo que a Marinha desenvolve neste sentido todos os seus esforços. A propósito desta questão dou razão à proposta efectuada pelo Director-Geral de Portos - Eng^o Munoz de Oliveira - no decorrer de uma reunião sobre a arqueologia subaquática, há pouco tempo realizada em Sesimbra: a criação de uma Guarda Costeira. Reconhecendo os problemas inerentes a uma decisão neste sentido, julgo que a sua existência viria ao encontro dos desejos de grande número de cidadãos e resolveria numerosos problemas.